

De Black Panthers Party a Black Lives Matters: racismo, violência policial e controle social

A violência de Estado é o principal braço da repressão contra movimentos sociais e controle da população. Nos EUA, a polícia tende a criminalizar a população e bairros negros

Márcio Macedo
9 de junho de 2020

BRAZIL PHOTO PRESS/FOLHAPRESS



Manifestação em Nova York reúne pessoas não negras, que entenderam que a violência policial é a forma mais visível de reprodução do racismo contemporâneo

Desde o último dia 25 de maio para cá a discussão sobre racismo voltou à tona tendo como epicentro os Estados Unidos. A morte de George Floyd, um afro-americano de 46 anos que foi sufocado até a morte pelo policial branco Derek Chauvin em Minneapolis, Minnesota, fez com que velhas temáticas se reorganizassem na esfera pública global. Racismo, violência policial e violação de direitos humanos sempre andaram de mãos dadas ameaçando ou impossibilitando o funcionamento pleno de sociedades democráticas. Contudo, nos últimos 40 anos eles tomaram novos contornos e os Estados Unidos ocupam um lugar estratégico para entender essas mudanças.

A violência de Estado é o principal braço da repressão estatal contra movimentos sociais e controle da população. Nos Estados Unidos, o período pós Movimentos pelos Direitos Civis foi marcado pela ascensão de grupos radicais negros que adotaram uma postura revolucionário e desafiadora em relação estado norte-americano nos anos 1960. O melhor exemplo disso é o *Black Panthers Party* (Partido dos Panteras Negras), organização negra surgida na cidade de Oakland, Califórnia, em 1966.

Seus fundadores foram os estudantes Huey P. Newton e Bobby Seale. Newton, ao estudar a constituição estadual, descobriu uma lei que permitia o porte e exibição pública de armas legais por qualquer cidadão californiano desde que as mesmas tivessem o objetivo de segurança pessoal. Cansados dos abusos policiais, os dois jovens arregimentaram outros colegas negros dispostos a

realizar a patrulha da ação da polícia. Eles seguiam as viaturas policiais armados e acompanhavam as abordagens feitas a cidadãos negros.

Em linhas gerais, a rápida expansão do BPP é explicada devido a uma série de fatores conjunturas relacionadas a situação das relações raciais nos EUA na segunda metade dos anos 1960. O Movimento Pelos Direitos Civis havia triunfado com as decisões da Suprema Corte em seu favor de 1964 e 1965 (*Civil Rights Act* e *Voting Rights Act*) que anulavam leis que sustentavam a segregação racial vigente no sul do país. Porém, havia uma massa empobrecida de negros urbanos ao norte e outras regiões do país para os quais essa medida trouxe poucos ou nenhum benefício. Esse era um nicho da população afro-americana que vivia a realidade dos guetos urbanos de cidades como Chicago, Nova Iorque, Los Angeles e enfrentava cotidianamente desemprego, violência policial, segregação urbana e residencial além de racismo institucional.

O período de existência do BPP se estendeu de 1966 a 1982. Entre 1969 e 1975 o FBI concentrou seus esforços em dismantelar o BPP através seu programa de contra inteligência, *COINTELPRO*. Fazendo uso de táticas que iam desde a infiltrar agentes que serviam como informantes e agitadores dentro do grupo chegando até a execução de lideranças, o FBI buscava difamar o BPP apresentando o mesmo como uma ameaça à sociedade norte americana e questionador de seus valores: um inimigo do estado.

Em, 2012, 30 anos após o desaparecimento dos *Black Panthers*, surge o *Black Lives Matter*. O movimento foi fundado por três jovens mulheres afro-americanas – Patrisse Cullors, Opal Tometi e Alicia Garza – logo após o homicídio de Travon Martyn, jovem negro de 17 anos morto por um vigia de bairro. O BLM foi a novidade dos últimos anos no universo das lideranças políticas e movimentos sociais afro-americanos, pois conseguiu catalisar a energia e dinamismo necessário para fazer frente a um dos problemas mais evidentes nas relações raciais norte-americanas: a violência policial.

É a violência policial que vincula as lutas dos *Black Panthers* nos anos 1960 e do *Black Lives Matter* nos anos 2010. Em 1992, Los Angeles ardeu em chamas por conta dos *riots* (levantes) que ocorreram em protesto a absolvição dos policiais que espancaram o motorista negro Rodney King. As imagens do espancamento foram captadas por um cinegrafista amador que passava nas redondezas no momento da abordagem de King. Entre 1992 e 2020 o avanço tecnológico permitiu que as câmeras de gravação de vídeo fossem incorporadas nos *smartphones* *pari passu* a um aumento e sofisticação da violência policial.

Estudos sociológicos mostram como desde os anos 1990 uma série de políticas de segurança pública orientadas por técnicas de vigilância e patrulhamento que buscam coibir a violência em grandes centros e fazer controle territorial tem afetado substancialmente a população negra. A mais famosa delas talvez seja a “política de tolerância zero” implementada pelo então prefeito Rudy Giuliani em Nova Iorque. Junto ao aumento do efetivo policial houve a incorporação de uma série de táticas questionáveis do ponto de vista da sua eficiência, mas notórias pelo seu aspecto racista como o “*stop and frisky*”.

Após os ataques terroristas de 2001 em Nova Iorque, o efetivo policial incorporou um incremento de novas táticas e técnicas de neutralização de indivíduos assim como equipamentos que estavam voltados para o enfrentamento de ameaças terroristas e, por conseguinte, responsáveis pelo aumento da letalidade policial. Em termos gerais, houve um processo de militarização das forças policiais que passaram a utilizar táticas militares e equipamentos de última geração testados em conflitos de guerra no *modus operandi* de patrulhamento urbano. Isso também se tornou uma tendência mundial em forças policiais dos mais diversos países ao redor do mundo incluindo as brasileiras.

Nesse sentido, o policiamento nas cidades dos Estados Unidos tende a criminalizar a população de bairros negros e criar “bolhas” de segurança “higienizadas” racialmente – leia-se majoritariamente brancas – nos territórios urbanos que favorecem e possibilitam a gentrificação de áreas valorizadas de grandes cidades. Exemplos disso no caso nova-iorquino são o distrito de Manhattan e partes do Brooklyn. Esse processo também leva, conseqüentemente, a um aumento do confronto de policiais com a população negra moradora desses territórios. O resultado é visto nas recorrentes notícias de policiais que matam jovens – homens e mulheres – negros em contextos que geralmente poderiam ser evitados.

A morte de George Floyd, contudo, trouxe essa realidade a uma situação limite. E um dos pontos mais importantes das manifestações que temos visto desde a última semana é participação e o apoio de pessoas não negras que entenderam que a violência policial é a forma mais visível de reprodução do racismo contemporâneo, mas também é algo que atinge a todos independente do pertencimento racial. E nesse aspecto, é mais que urgente buscar novas formas de controle, responsabilização e desconstrução de práticas policiais que reproduzem o racismo, a violência policial e a letalidade. Um ponto a ser considerado é que podemos medir o grau de democracia de uma sociedade pela forma como as suas forças policiais lidam com os mais pobres e vulneráveis. Tanto no caso americano como no brasileiro essa população é composta majoritariamente por negros e negras.

